

No. 39145

**Brazil
and
Organization of American States**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the General Secretariat of the Organization of American States on the functioning of the Office of the General Secretariat of the Organization of American States, its obligations, privileges and immunities. Brasília, 23 February 1988

Entry into force: *3 March 1994, in accordance with article 24*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 February 2003*

**Brésil
et
Organisation des États américains**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Secrétariat général de l'Organisation des États américains relatif au fonctionnement du Bureau du Secrétariat général de l'Organisation des États américains, ses obligations, ses privilèges et immunités. Brasília, 23 février 1988

Eutrée en vigueur : *3 mars 1994, conformément à l'article 24*

Texte autbentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 février 2003*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
SOBRE O FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DA SECRETARIA-GERAL
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, SUAS
OBRIGAÇÕES, PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos,

CONSIDERANDO:

Que, em 13 de março de 1950, o Governo da República Federativa do Brasil depositou o instrumento de ratificação da Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá, em 30 de abril de 1948, e que, igualmente, em 11 de dezembro de 1968, depositou o instrumento de ratificação do “Protocolo de Buenos Aires”, assinado nessa cidade em 27 de fevereiro de 1967;

Que o Conselho da Organização dos Estados Americanos, em sua resolução de 3 de junho de 1953, autorizou o Secretário-Geral a estabelecer escritórios da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos nos diversos Estados membros;

Que, em virtude dessa autorização, o Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos no Brasil foi estabelecido pela Secretaria-Geral em 1º de julho de 1954;

Que o Governo da República Federativa do Brasil tem proporcionado sua colaboração ao Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e, em diversas ocasiões, propôs ampliá-la de maneira a facilitar a ação do Escritório na consecução de objetivos de interesse comum;

Que o Artigo 139 da Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece que esta “gozará no território de cada um de seus Membros da capacidade jurídica, dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização dos seus propósitos”;

Que, em 22 de outubro de 1965, o Governo da República Federativa do Brasil depositou o instrumento de Ratificação ao Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, aberto a assinatura em 15 de maio de 1949;

Que, conseqüentemente, é necessário formalizar um Acordo com o propósito de definir as modalidades de cooperação entre as Partes e determinar as condições, facilidades, prerrogativas e imunidades que o Governo da República Federativa do Brasil concederá à Secretaria-Geral da OEA, com relação ao funcionamento do citado Escritório;

Acordam o seguinte:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1

Personalidade e Capacidade Jurídica de Organismo Internacional

De acordo com a Carta da Organização dos Estados Americanos (Organização), o Governo da República Federativa do Brasil (Governo) reconhece à Organização, à Secretaria-Geral da Organização (Secretaria-Geral) e ao Escritório da Organização (Escritório):

1.1. Personalidade jurídica própria e capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações com vistas à execução de todos os atos jurídicos inerentes ao cumprimento de suas funções, em conformidade com a legislação brasileira.

1.2. A independência e liberdade de ação a que têm direito os organismos internacionais, de acordo com o costume internacional e do local, sem prejuízo do disposto nos demais Artigos deste Acordo.

II. RECONHECIMENTO, FUNÇÕES, REPRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DO ESCRITÓRIO

ARTIGO 2

Reconhecimento e Funções

De acordo com a Carta da Organização, o Governo reconhece o Escritório que a Secretaria-Geral estabeleceu na cidade de Brasília, o qual, como parte da Secretaria-Geral, exercerá no país as funções que lhe forem atribuídas pelo Secretário-Geral da Organização (Secretário-Geral).

ARTIGO 3

Representação

O Escritório será dirigido por um Diretor, que será o seu representante legal, por delegação do Secretário-Geral.

ARTIGO 4

Objetivos

Os objetivos principais do Escritório serão os seguintes:

- 4.1. Representar a Secretaria-Geral junto às autoridades competentes e em todos os atos relacionados com as funções do Escritório e da Secretaria-Geral no Brasil.
- 4.2. Servir como centro para promover, supervisionar e coordenar todas as atividades e operações da Secretaria-Geral no Brasil.
- 4.3. Promover o intercâmbio de informação e experiências e propiciar coordenação com outros organismos internacionais, bem como com os demais órgãos, organismos e entidades do Sistema Interamericano.
- 4.4. Divulgar os programas e atividades da Organização e supervisionar as atividades de informação pública da Secretaria-Geral no Brasil.
- 4.5. Informar a opinião pública nacional sobre os princípios, finalidades e objetivos da Organização.
- 4.6. Propiciar o conhecimento da arte e da cultura dos povos da América, mediante a promoção, no Brasil, e o intercâmbio com os países da América, de exposições, conferências e outras manifestações de interesse mútuo.
- 4.7. Representar a Secretaria-Geral ou atuar como seu observador em seminários e conferências a que for convidada, e que sejam levadas a cabo no país.
- 4.8. Dar atenção prioritária às atividades referentes à prestação de serviços diretos e de cooperação técnica da Organização no Brasil, em prol do desenvolvimento econômico, social, educacional, científico, tecnológico e cultural do país.

III. FINANCIAMENTO DO ESCRITÓRIO

ARTIGO 5

Orçamento da Organização

A Secretaria-Geral destinará, para a manutenção do Escritório no Brasil, a dotação que for aprovada com esse fim no orçamento-programa da Organização, assim como outros recursos que vierem a ser alocados para este fim.

IV. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES
A. DE CARÁTER INSTITUCIONAL

ARTIGO 6

Privilégios e Imunidades em Geral

O Governo reconhece que o Escritório, a Secretaria-Geral e a Organização gozarão no território do país:

6.1. Dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização de seus propósitos, como organismo internacional, de acordo com o disposto no Artigo 139 da Carta da Organização.

6.2. Dos privilégios e imunidades consignados no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, aberto à assinatura em 15 de maio de 1949, e ao qual o Brasil aderiu, ao depositar o instrumento correspondente em 22 de outubro de 1965.

6.3. Os privilégios e imunidades a que se referem os parágrafos anteriores, poderão ser também aplicados aos projetos de cooperação para o desenvolvimento que forem levados a cabo no Brasil, de âmbito nacional ou multinacional, mediante Acordos ou Ajustes específicos.

ARTIGO 7

Imunidade de Jurisdição

O local do Escritório, seus bens e arquivos gozarão de imunidade no país e não poderão ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução, salvo nos casos particulares em que o Diretor do Escritório renuncie expressamente a essa imunidade.

ARTIGO 8

Inviolabilidade

O local, bens, arquivos, correspondência do Escritório serão invioláveis e não poderão ser objeto de busca, requisição ou medida de execução.

ARTIGO 9

Condições Monetárias e Cambiais

Para o seu funcionamento o Escritório poderá ter fundos e transferi-los dentro ou fora do país, de acordo com a legislação brasileira.

ARTIGO 10
Tributos

O Escritório terá os seguintes privilégios tributários:

10.1. Isenção fiscal no que se refere a todos os impostos federais decorrentes do seguinte:

- a) Introdução no território nacional de bens, para seu uso ou consumo, ou, desde que previsto em Acordo ou Ajuste específico, para uso ou consumo dos projetos de cooperação que executem, total ou parcialmente no país, ou de cuja execução participem.
- b) Exportação do território nacional de bens, para seu uso ou consumo, ou para uso ou consumo dos projetos de cooperação que executem ou de que participem, desde que previstos em Acordo ou Ajuste específico, em conformidade com a legislação brasileira.
- c) Aquisição de bens e veículos necessários às atividades do Escritório, em conformidade com a legislação brasileira.
- d) Obtenção de contribuições, fundos, doações e empréstimos para os fins consagrados na Carta.

ARTIGO 11
Comunicações

O Escritório gozará, no Brasil, para suas comunicações oficiais:

- a) De facilidades não menos favoráveis do que as concedidas pelo Governo a qualquer organismo internacional, em matéria de prioridades, tarifas e taxas referentes a cabogramas, telegramas, radiogramas, serviços de telex, telefone e telefotos e outras comunicações.
- b) Do direito de empregar códigos ou chaves e de despachar e receber sua correspondência por meio de malas postais lacradas, gozando para esse fim dos mesmos privilégios e imunidades que os concedidos a correios ou malas diplomáticas.

ARTIGO 12
“Laissez-Passer”

O Governo reconhece o “laissez-passer” expedido pela Secretaria-Geral como documento válido para as viagens nacionais e internacionais, em missão oficial, das autoridades, funcionários, contratados independentes e especialistas internacionais da Organização, da Secretaria-Geral e dos demais órgãos da Organização, dentro ou fora do país. Os dependentes do portador do “laissez-passer” que não estiverem nele incluídos obterão vistos oficiais que lhes permitam acompanhá-lo para entrar no país e permanecer nele.

B. DE CARÁTER PESSOAL

ARTIGO 13
Geral

Os funcionários do Escritório e da Secretaria-Geral:

1. Terão o “status” de funcionários internacionais a serviço de um organismo internacional, de acordo com o Artigo 124 da Carta e serão selecionados, contratados e nomeados pelo Secretário-Geral, de conformidade com o disposto no Artigo 119 da Carta.
2. Na qualidade de funcionários de um organismo internacional:
 - a) Gozarão de imunidade penal e administrativa em relação aos atos e ações que praticem em caráter oficial, sem prejuízo da autoridade do Secretário-Geral de renunciar a esta imunidade nos casos em que o julgar necessário.
 - b) Serão isentos de qualquer espécie de tributos em relação aos seus salários, benefícios e demais emolumentos recebidos do Escritório e da Secretaria-Geral.
 - c) Ser-lhes-ão fornecidos documentos de identidade oficial expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores de acordo com as normas vigentes.

ARTIGO 14
Funcionários Estrangeiros

Os funcionários do Escritório, da Secretaria-Geral e da Organização e seus dependentes, que não forem nacionais do país nem tenham nele residência permanente, gozarão também dos seguintes privilégios e imunidades:

1. Facilidades e cortesias comuns compatíveis com a legislação sobre nacionalidade e migração vigente no país, e entradas, saídas e viagens no território nacional sem outro

requisito ou documento que não o "laissez-passer" emitido pela Secretaria-Geral, com o respectivo visto concedido pelas autoridades brasileiras.

2. Isenção dos tributos:

a) Decorrentes da importação ou introdução no país de bagagem pessoal, mercadorias e artigos de uso ou consumo familiar, nos primeiros seis meses de sua instalação, à exceção do Diretor do Escritório, que gozará dessa isenção durante o período do exercício das suas funções.

a.i.) Os veículos com franquia diplomática deverão limitar-se a um automóvel para uso pessoal de cada funcionário e sua venda ou transferência obedecerá a legislação aplicável no Brasil para esses casos.

b) Decorrentes da exportação de bagagem pessoal, de propriedade de um funcionário, ao concluir sua missão ou serviço.

ARTIGO 15

Bolsistas da Organização

Os bolsistas designados pela Organização para receber treinamento ou fazer pesquisas no país ou no exterior terão os seguintes benefícios:

I. Isenção, no tocante ao subsídio para despesas de manutenção que receberem da Organização, de impostos, taxas ou contribuições.

2. Visto compatível com sua condição de bolsista para seus cônjuges e dependentes, pelo período de duração da bolsa de estudo no país.

ARTIGO 16

Credenciamento

O Diretor do Escritório comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação do pessoal do Escritório e da Secretaria-Geral que exerça funções no país, e que terá direito a privilégios de conformidade com este Acordo.

ARTIGO 17

Funcionários Contratados e Especialistas Internacionais

O Diretor do Escritório comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação dos funcionários contratados por tarefa e de outros especialistas internacionais, designados ao país em missão oficial da Secretaria-Geral, para seu conhecimento, e para fins de qualquer cortesia e prerrogativa que lhes forem aplicáveis, de acordo com a legislação em vigor.

C. DE CARÁTER GERAL

ARTIGO 18

Natureza dos Privilégios e Imunidades

De conformidade com o Artigo 14 do Acordo sobre Privilégios e Imunidades a que se refere o Artigo 6, os privilégios e imunidades concedidos nesta seção ao pessoal do Escritório e da Secretaria-Geral são reconhecidos exclusivamente no interesse deste e da Organização. Por conseguinte, o Secretário-Geral e o Diretor, por delegação deste, deverá renunciar aos privilégios e imunidades de qualquer funcionário nos casos em que, na opinião do Secretário-Geral, o exercício desses privilégios e imunidades possa impedir o curso da justiça e quando esta renúncia possa ser feita sem prejudicar os interesses do Escritório e da Secretaria-Geral.

ARTIGO 19

Disposições mais Favoráveis

O Escritório, a Secretaria-Geral e a Organização poderão recorrer às disposições mais favoráveis existentes, ou às que forem emitidas ou acordadas, no futuro, pelo Brasil em matéria de imunidades e privilégios, em benefício de outros organismos internacionais ou missões de cooperação técnica e do pessoal desses organismos ou missões.

V. DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 20

Cooperação

O Escritório, a Secretaria-Geral e a Organização:

1. Zelarão para garantir por parte dos seus funcionários respeito pela legislação brasileira evitando que se verifiquem abusos dos privilégios e imunidades concedidos por meio deste Acordo.

2. Tomarão as medidas que forem necessárias para a solução adequada de litígios provenientes de contratos ou outras questões de direito privado em que seja parte o Escritório ou seus funcionários.

ARTIGO 21

Salvaguarda

Nenhum Artigo do presente Acordo será interpretado como impedimento à adoção de medidas apropriadas de salvaguarda dos interesses do Brasil.

ARTIGO 22

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia sobre a aplicação ou interpretação das disposições deste Acordo será submetida a um processo de solução acordado pelo Governo brasileiro e pela Secretaria-Geral de acordo com os costumes internacionais.

ARTIGO 23

Emendas

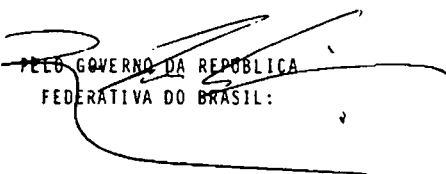
Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre o Governo brasileiro e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

ARTIGO 24

Vigência

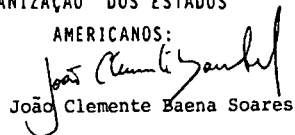
Este Acordo entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Congresso Brasileiro. Entretanto, qualquer das Partes poderá notificar a outra do seu desejo de denunciá-lo com um ano de antecedência.

Feito em Brasília, aos 23 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPUBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Roberto de Abreu Sodré

PELA SECRETARIA-GERAL DA
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS
AMERICANOS:


João Clemente Baena Soares

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GENERAL SECRETARIAT OF THE
ORGANIZATION OF AMERICAN STATES ON THE FUNCTIONING,
OBLIGATIONS, PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THE OFFICE OF
THE SECRETARY GENERAL OF THE ORGANIZATION OF
AMERICAN STATES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the General Secretariat of the Organization of American States,

Considering:

That on 13 March 1950, the Government of the Federative Republic of Brazil deposited the instrument of ratification of the Charter of the Organization of American States, signed at Bogota on 30 April 1948, and that on 11 December 1968, it deposited the instrument of ratification of the Protocol of Buenos Aires, signed at Buenos Aires on 27 February 1967;

That the Council of the Organization of American States, by its resolution of 3 June 1953, authorized the Secretary General to establish offices of the General Secretariat of the Organization of American States in the various member States;

That, pursuant to this authorization, the Office of the General Secretariat of the Organization of American States in Brazil was established by the General Secretariat on 1 July 1954;

That the Government of the Federative Republic of Brazil has provided its cooperation to the Office of the General Secretariat of the Organization of American States and, on various occasions, has proposed to expand that cooperation in order to facilitate the Office's activities in pursuit of objectives of mutual interest;

That Article 139 of the Charter of the Organization of American States provides that the Organization "shall enjoy in the territory of each member such legal capacity, privileges and immunities as are necessary for the exercise of its functions and the accomplishment of its purposes";

That on 22 October 1965, the Government of the Federative Republic of Brazil deposited its instrument of ratification of the Agreement on Privileges and Immunities of the Organization of American States, opened for signature on 15 May 1949;

That, consequently, it is necessary to conclude an official agreement in order to set forth the modalities for cooperation between the Parties and to establish the conditions, facilities, prerogatives and immunities which the Government of the Federative Republic of Brazil shall accord to the General Secretariat of the Organization of American States in respect of the functioning of the aforementioned Office;

Have agreed as follows:

I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Juridical personality and capacity as an international organization

In accordance with the Charter of the Organization of American States ("the Organization"), the Government of the Federative Republic of Brazil recognizes that the Organization, the General Secretariat of the Organization ("the General Secretariat") and the Office of the Organization ("the Office") have:

I. 1. Legal personality in their own right and the capacity to acquire rights and incur obligations with a view to the execution of all legal acts inherent to the exercise of their functions, in accordance with Brazilian law; and

I. 2. The independence and freedom of action to which international organizations are entitled in accordance with international and local custom, without prejudice to the provisions of the other articles of this Agreement.

II. RECOGNITION, FUNCTIONS, REPRESENTATION AND OBJECTIVES OF THE OFFICE

Article 2. Recognition and functions

In accordance with the Charter of the Organization, the Government recognizes the Office which the General Secretariat established in the city of Brasília. As part of the General Secretariat, it shall perform in Brazil the functions assigned to it by the Secretary General of the Organization ("the Secretary General").

Article 3. Representation

The Office shall be headed by a Director, who shall be its legal representative by delegation of the Secretary General.

Article 4. Objectives

The principal objectives of the Office shall be to:

4. 1. Represent the General Secretariat before the competent authorities and in all acts related to the functions of the Office and the General Secretariat in Brazil;

4. 2. Serve as a centre for the promotion, supervision and coordination of all activities and operations of the General Secretariat in Brazil;

4. 3. Promote the exchange of information and experience and provide coordination with other international bodies and with the other organs, bodies and entities of the inter-Americas system;

4. 4. Disseminate information on the Organization's programmes and activities and supervise the public information activities of the General Secretariat in Brazil;

4. 5. Make the Brazilian public aware of the Organization's principles, purposes and objectives;

4. 6. Foster knowledge of the art and culture of the American peoples through the promotion in Brazil, and through exchanges with other American countries, of exhibits, lectures and other events of mutual interest;

4. 7. Represent the General Secretariat or act as its observer at seminars and lectures which are held in Brazil and to which it is invited; and

4. 8. Give priority attention to activities relating to the provision of direct services and technical cooperation by the Organization in Brazil with a view to the economic, social, educational, scientific, technological and cultural development of that country.

III. FINANCING OF THE OFFICE

Article 5. Budget of the Organization

For the maintenance of the Office in Brazil, the General Secretariat shall allocate the sum approved for that purpose in the programme budget of the Organization and any other resources allocated for that purpose.

IV. PRIVILEGES AND IMMUNITIES

A. OF AN INSTITUTIONAL NATURE

Article 6. General privileges and immunities

The Government recognizes that the Office, the General Secretariat and the Organization shall enjoy in the territory of Brazil:

6. 1. Such privileges and immunities as are necessary for the exercise of their functions and the accomplishment of their purposes as an international organization, in accordance with the provisions of Article 139 of the Charter of the Organization; and

6. 2. The privileges and immunities established in the Agreement on Privileges and Immunities of the Organization of American States, which was opened for signing on 15 May 1949 and to which Brazil acceded, depositing its instrument of ratification on 22 October 1965;

6. 3. The privileges and immunities referred to in the preceding paragraphs shall also apply to any national or multinational development cooperation projects implemented in Brazil through specific agreements or arrangements.

Article 7. Immunity from legal process

The premises of the Office and its property and archives shall enjoy immunity in Brazil and shall be immune from search, requisition, denial of access or measure of execution except insofar as in any particular case the immunity has been expressly waived by the Director of the Office.

Article 8. Inviolability

The premises, property, archives and correspondence of the Office shall be inviolable and shall be immune from search, requisition or measure of execution.

Article 9. Monetary and exchange conditions

For the performance of its functions, the Office may hold funds and transfer them within or outside Brazil in accordance with Brazilian legislation.

Article 10. Taxes

The Office shall have the following tax privileges:

10. 1. Exemption from all Federal taxes in respect of:

(a) The import of goods into Brazil for its use or consumption or, where provided by a specific agreement or arrangement, for the use or consumption of cooperation projects which it implements in Brazil, in whole or in part, or in the implementation of which it participates;

(b) The export of goods from Brazil for its use or consumption or for the use or consumption of cooperation projects which it executes or in which it participates, where provided by a specific agreement or arrangement, in accordance with Brazilian legislation;

(c) The acquisition of property and vehicles necessary for the activities of the Office, in accordance with Brazilian legislation; and

(d) The receipt of contributions, funds, donations and loans for the purposes established in the Charter.

Article 11. Communications

The Office shall enjoy in Brazil for its official communications:

(a) Treatment not less favourable than that accorded by the Government to any other international organization in the matter of priorities, rates and taxes on cables, telegrams, radiograms, telexes, telephone calls, telephotos and other communications;

(b) The right to use codes or keys and to dispatch and receive its correspondence in sealed bags, which shall have the same privileges and immunities as diplomatic couriers and bags.

Article 12. Laissez-passer

The Government recognizes the laissez-passer issued by the General Secretariat as a valid document for national and international travel on official mission by the officials, authorities, personnel, independent contractors and international specialists of the Organization, the General Secretariat and other bodies of the Organization, both within and outside Brazil. Dependents of the bearer of a laissez-passer who are not listed therein shall obtain

official visas allowing them to accompany the bearer during the latter's entry into and stay in Brazil.

B. OF A PERSONAL NATURE

Article 13. General

The personnel of the Office and of the General Secretariat:

1. Shall have the status of international civil servants in the service of an international organization in accordance with Article 124 of the Charter and shall be recruited, hired and appointed by the Secretary General in accordance with the provisions of Article 119 of the Charter.

2. In their capacity as personnel of an international organization:

(a) They shall enjoy immunity from criminal or administrative process in respect of acts and actions performed by them in their official capacity, without prejudice to the right of the Secretary General to waive such immunity as he deems necessary;

(b) They shall be exempt from any form of taxation on their salaries, benefits and other emoluments received by the Office and the General Secretariat; and

(c) They shall be provided with official identity cards issued by the Ministry of Foreign Affairs in accordance with the legislation currently in force.

Article 14. Foreign personnel

Personnel of the Office, the General Secretariat and the Organization and their dependents who are not Brazilian nationals or permanent residents in Brazil shall also enjoy the following privileges and immunities:

1. Treatment and common courtesies consistent with the nationality and immigration legislation currently in force in Brazil and entry into, exit from and movement within Brazilian territory with no requirement or document other than the laissez-passer provided by the General Secretariat and the corresponding visa issued by the Brazilian authorities.

2. Exemption from taxes:

(a) In respect of the import or entry into Brazil of personal baggage, goods and articles for use or consumption by their families within six months of their arrival, with the exception of the Director of the Office, who shall enjoy this exemption throughout the period of performance of his or her functions;

(a. i) Vehicles with diplomatic plates shall be limited to one automobile for the personal use of each staff member. Its sale or transfer shall be subject to the applicable Brazilian legislation; and

(b) In respect of the export of personal baggage owned by staff members at the conclusion of their mission or period of service.

Article 15. Scholarship holders of the Organization

Scholarship holders selected by the Organization to receive training or conduct research within or outside Brazil shall have the following benefits:

1. Exemption from taxes, fees or contributions in respect of the maintenance grant which they receive from the Organization; and
2. A visa consistent with their status as scholarship holders for their spouses and other dependents for the period covered by their scholarship for study in Brazil.

Article 16. Accreditation

The Director of the Office shall transmit to the Ministry of Foreign Affairs a list of Office and General Secretariat personnel who are performing functions in Brazil and are entitled to privileges under this Agreement.

Article 17. Contractual personnel and international specialists

The Director of the Office shall transmit to the Ministry of Foreign Affairs a list of short-term contractual personnel and other international specialists posted to Brazil on official mission by the General Secretariat for the Ministry's information and for purposes of all the courtesies and prerogatives applicable under the legislation currently in force.

C. OF A GENERAL NATURE

Article 18. Nature of the privileges and immunities

In accordance with article 14 of the Agreement on Privileges and Immunities mentioned in article 6 above, the privileges and immunities accorded in this section to Office and General Secretariat personnel are granted in the interests of the General Secretariat and the Organization only. Consequently, the Secretary General and the Director, on his or her behalf, shall waive the privileges and immunities of any staff member in any case where, in the judgement of the Secretary General, exercise of the said privileges and immunities may impede the course of justice and they can be waived without prejudice to the interests of the Office and the General Secretariat.

Article 19. Most favourable provisions

The Office, the General Secretariat and the Organization may avail themselves of the most favourable provisions which currently exist, or which are granted or accorded in the future, by Brazil to other international bodies or technical cooperation missions and to the personnel of the said bodies or missions in the matter of immunities and privileges.

V. GENERAL PROVISIONS

Article 20. Cooperation

The Office, the General Secretariat and the Organization:

1. Shall endeavour to ensure that their personnel respect Brazilian law and to prevent the occurrence of any abuse of the privileges and immunities accorded under this Agreement; and
2. Shall make provisions for appropriate modes of settlement of disputes arising out of contracts or other disputes of a private law character to which the Office or its personnel are a party.

Article 21. Safeguard

No article of this Agreement shall be interpreted as an impediment to the taking of appropriate measures to safeguard the interests of Brazil.

Article 22. Settlement of disputes

All disputes arising out of the application or interpretation of the provisions of this Agreement shall be referred to a settlement procedure agreed by the Brazilian Government and the General Secretariat in accordance with international custom.

Article 23. Amendments

This Agreement may be amended by mutual agreement of the Brazilian Government and the General Secretariat of the Organization of American States.

Article 24. Validity

This Agreement shall enter into force on the date on which it is approved by the Brazilian Congress. Thereafter, either Party may give the other Party one year's notice of its desire to terminate it.

DONE at Brasilia on 23 February 1988 in duplicate, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the General Secretariat of the Organization of American States:

JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE SECRÉTARIAT GÉNÉRAL DE
L'ORGANISATION DES ÉTATS AMÉRICAINS RELATIF AU
FONCTIONNEMENT DU BUREAU DE L'ORGANISATION DES ÉTATS
AMÉRICAINS ET SES OBLIGATIONS, PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Secrétariat général de l'Organisation des États américains,

Considérant :

Que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil a déposé le 13 mars 1950 l'instrument de ratification de la Charte de l'Organisation des États américains, signée à Bogotá le 30 avril 1948, et qu'il a également déposé le 11 décembre 1968 l'instrument de ratification du " Protocole de Buenos Aires ", signé dans cette ville le 27 février 1967;

Que dans sa résolution du 3 juin 1953, le Conseil de l'Organisation des États américains a autorisé le Secrétaire général à créer des bureaux du Secrétariat général de l'Organisation des États américains dans les différents États membres;

Qu'en vertu de cette autorisation, le Secrétariat général a créé, le 1er juillet 1954, le Bureau du Secrétariat général de l'Organisation des États américains au Brésil;

Que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil a fourni une coopération au Bureau du Secrétariat général de l'Organisation des États américains et, à diverses occasions, a proposé d'accroître cette coopération afin de faciliter les activités du Bureau dans la poursuite d'objectifs d'intérêt commun;

Que l'article 139 de la Charte de l'Organisation des États américains dispose que celle ci " jouira, sur le territoire de chacun de ses membres, de la capacité juridique, des privilèges et des immunités nécessaires à l'exercice de ses fonctions et à la réalisation de ses objectifs ";

Que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil a déposé le 22 octobre 1965 l'instrument de ratification de l'Accord sur les privilèges et immunités de l'Organisation des États américains, ouvert à la signature le 15 mai 1949;

Qu'il est nécessaire, en conséquence, de conclure un accord afin de définir les modalités de coopération entre les Parties et de déterminer les conditions, les facilités, les prérogatives et les immunités que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil accorde au Secrétariat général de l'OEA en rapport avec le fonctionnement dudit Bureau;

Conviennent comme suit :

I. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier. Personnalité et capacité juridique de l'organisation internationale

En conformité avec la Charte de l'Organisation des États américains ("l'Organisation"), le Gouvernement de la République fédérative du Brésil reconnaît à l'Organisation, au Secrétariat général de l'Organisation (" le Secrétariat général ") et au Bureau de l'Organisation (" le Bureau ") :

1. 1 La personnalité juridique propre et la capacité d'acquérir des droits et de souscrire des obligations aux fins de l'exécution de tous actes juridiques inhérents à l'accomplissement de ses fonctions, en conformité avec la législation brésilienne;

1. 2 L'indépendance et la liberté d'action auxquelles ont droit les organisations internationales, en conformité avec la coutume internationale et locale, sans préjudice des dispositions des autres articles du présent Accord.

II. RECONNAISSANCE, FONCTIONS, REPRÉSENTATION ET OBJECTIFS DU BUREAU

Article 2. Reconnaissance et fonctions

En conformité avec la Charte de l'Organisation, le Gouvernement reconnaît le Bureau créé par le Secrétariat général à Brasília, lequel Bureau, faisant partie du Secrétariat général, exerce dans le pays les fonctions que lui attribue le Secrétaire général de l'Organisation (" le Secrétaire général ").

Article 3. Représentation

Le Bureau est dirigé par un directeur qui en est le représentant légal, par délégation du Secrétaire général.

Article 4. Objectifs

Le Bureau poursuit les objectifs principaux suivant :

4. 1 Représenter le Secrétariat général auprès des autorités compétentes en rapport avec tous actes relatifs aux fonctions du Bureau et du Secrétariat général au Brésil;

4. 2 Servir de centre pour la promotion, la supervision et la coordination de toutes les activités et opérations du Secrétariat général au Brésil;

4. 3 Promouvoir les échanges de renseignements et de résultats d'expériences et favoriser la coordination avec les autres organisations internationales ainsi qu'avec les autres organes, organismes et entités du système interaméricain;

4. 4 Diffuser les programmes et activités de l'Organisation et superviser les activités d'information publique du Secrétariat général au Brésil;

4. 5 Informer l'opinion publique nationale au sujet des principes, buts et objectifs de l'Organisation;

4. 6 Favoriser la connaissance des arts et des cultures des peuples d'Amérique par la promotion au Brésil et l'échange avec les pays d'Amérique d'expositions, conférences et autres manifestations d'intérêt mutuel;

4. 7 Représenter le Secrétariat général et agir comme son observateur aux séminaires et conférences auxquels il est invité et qui se tiennent dans le pays;

4. 8 Porter une attention prioritaire aux activités concernant la prestation de services directs et la coopération technique que l'Organisation fournit en territoire brésilien en faveur du développement économique, social, éducationnel, scientifique, technologique et culturel du pays.

III. FINANCEMENT DU BUREAU

Article 5. Budget de l'Organisation

Le Secrétariat général affecte à l'entretien du Bureau au Brésil les crédits approuvés à cette fin dans le budget programme de l'Organisation, ainsi que les autres ressources affectées à cette fin.

IV. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS

A. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS DE L'ORGANISATION

Article 6. Généralités

Le Gouvernement reconnaît que le Bureau, le Secrétariat général et l'Organisation jouissent dans le pays :

6. 1 Des privilèges et des immunités nécessaires à l'exercice de leurs fonctions et à la réalisation de leurs objectifs en tant qu'organisation internationale, en conformité avec les dispositions de l'article 139 de la Charte de l'Organisation;

6. 2 Des privilèges et des immunités prévus dans l'Accord sur les privilèges et immunités de l'Organisation des États américains, ouvert à la signature le 15 mai 1949, auquel le Brésil a adhéré le 22 octobre 1965 en déposant l'instrument pertinent;

6. 3 Les privilèges et immunités dont il est question aux paragraphes précédents peuvent aussi être appliqués aux projets de coopération pour le développement, de portée nationale ou internationale, qui sont mis en oeuvre au Brésil dans le cadre d'accords ou arrangements spécifiques.

Article 7. Immunité de juridiction

Les locaux, les biens et les archives du Bureau jouissent de l'immunité dans le pays et ne peuvent être l'objet d'aucune fouille, perquisition, saisie ou mesure de contrainte, sauf dans les cas particuliers où le Directeur du Bureau lève expressément ladite immunité.

Article 8. Inviolabilité

Les locaux, les biens, les archives et la correspondance du Bureau sont inviolables et ne peuvent être l'objet d'aucune fouille, perquisition, saisie ou mesure de contrainte.

Article 9. Facilités monétaires et de change

Le Bureau peut, aux fins de son fonctionnement, détenir des fonds et les transférer à l'intérieur et à l'extérieur du pays, en conformité avec la législation brésilienne.

Article 10. Fiscalité

Le Bureau jouit des privilèges fiscaux ci après :

10. 1 Exemption de tous impôts fédéraux pour ce qui concerne :

a) L'introduction dans le territoire national de biens pour son usage ou sa consommation ou, aux termes d'un accord ou arrangement spécifique, pour l'usage ou la consommation des projets qu'il exécute en tout ou en partie dans le pays, ou à l'exécution desquels il participe;

b) L'exportation du territoire national de biens pour son usage ou sa consommation ou, aux termes d'un accord ou arrangement spécifique, pour l'usage ou la consommation des projets qu'il exécute en tout ou en partie dans le pays, ou à l'exécution desquels il participe;

c) L'acquisition de biens et de véhicules nécessaires aux activités du Bureau, en conformité avec la législation brésilienne;

d) L'obtention de contributions, de fonds, de dons et de prêts aux fins consacrées par la Charte.

Article 11. Communications

Le Bureau jouit au Brésil, pour ses communications :

a) De facilités au moins aussi favorables que celles accordées par le Gouvernement à toute organisation internationale en matière de priorité, de tarifs et de taxes applicables aux câblogrammes, télégrammes, radiogrammes, aux services de téléimprimeur, de téléphonie et de télécopie et autres communications;

b) Du droit d'employer des codes ou chiffres et d'envoyer et recevoir sa correspondance au moyen de valises postales scellées, jouissant à cette fin des mêmes privilèges et immunités que ceux qui sont accordés aux courriers et valises diplomatiques.

Article 12. Laissez passer

Le Gouvernement reconnaît le laissez passer émis par le Secrétariat général comme titre officiel valable pour les voyages nationaux et internationaux, en mission officielle, des administrateurs, des fonctionnaires, des fonctionnaires sous contrat de consultant indépendant et des experts internationaux de l'Organisation, du Secrétariat général et des autres or-

ganes de l'Organisation, à l'intérieur ou à l'extérieur du pays. Les personnes à charge des porteurs de laissez passer mais qui ne sont pas inscrites dans leur laissez passer peuvent obtenir un visa officiel les autorisant à accompagner ledit porteur à son entrée dans le pays et à y séjourner avec lui.

B. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS À TITRE PERSONNEL

Article 13. Généralités

Les fonctionnaires du Secrétariat général :

1. Ont le statut de fonctionnaire international au service d'une organisation internationale, en conformité avec l'article 124 de la Charte et sont choisis, recrutés et nommés par le Secrétaire général, en conformité avec les dispositions de l'article 119 de la Charte.

2. En qualité de fonctionnaires d'une organisation internationale :

a) Ils jouissent de l'immunité juridique en matière pénale et administrative à l'égard des actes et actions accomplis par eux dans l'exercice de leurs fonctions officielles, sans préjudice du pouvoir que possède le Secrétaire général de lever cette immunité dans les cas où il le juge nécessaire;

b) Ils sont exonérés de tout impôt sur les traitements, avantages et autres émoluments reçus du Bureau et du Secrétariat général;

c) Il leur est délivré des pièces d'identité officielles émises par le Ministère des relations extérieures en conformité avec les règles en vigueur.

Article 14. Fonctionnaires de nationalité étrangère

Les fonctionnaires du Bureau, du Secrétariat général et de l'Organisation, ainsi que leurs personnes à charge, qui ne possèdent pas la nationalité du pays et n'y sont pas établis en qualité de résidents permanents, jouissent aussi des privilèges et immunités ci après :

1. Facilités et courtoisies compatibles avec la législation en vigueur dans le pays en matière de nationalité et de migration, à l'entrée et à la sortie du pays, et dans les déplacements à l'intérieur du pays, sans exigence ou titre de voyage autre que le laissez passer délivré par le Secrétariat général, revêtu du visa approprié délivré par les autorités brésiliennes.

2. Exemption d'impôts en ce qui concerne :

a) L'importation ou l'introduction dans le pays d'effets personnels, de marchandises et d'articles destinés à l'usage ou à la consommation familiale, pendant les six premiers mois de leur emménagement, sauf le Directeur du Bureau, qui jouit de cette exemption pendant toute la durée de ses fonctions;

a. i.) L'admission de véhicules en franchise diplomatique est limitée à une automobile à l'usage personnel de chaque fonctionnaire, dont la vente ou le transfert sont assujettis aux prescriptions légales applicables au Brésil en pareil cas;

b) L'exportation des effets personnels appartenant à un fonctionnaire à l'expiration de sa mission ou de sa période de service.

Article 15. Boursiers de l'Organisation

Les boursiers désignés par l'Organisation pour recevoir une formation ou réaliser des recherches dans le pays ou à l'extérieur jouissent des avantages ci après :

1. Exemption d'impôts, taxes et contributions sur les subsides reçus de l'Organisation aux fins de leur entretien;
2. Visas compatibles avec leur condition de boursiers, pour leur conjoint et leurs personnes à charge, pendant la durée de leur bourse d'études dans le pays.

Article 16. Accréditation

Le Directeur du Bureau communique au Ministère des relations extérieures la liste des membres du personnel du Bureau et du Secrétariat général qui exercent des fonctions dans le pays et qui ont droit aux privilèges prévus par le présent Accord.

*Article 17. Fonctionnaires sous contrat de consultant
et experts internationaux*

Le Directeur du Bureau communique au Ministère des relations extérieures la liste des fonctionnaires sous contrat de consultant et des autres experts internationaux affectés dans le pays en mission officielle du Secrétariat général, aux fins de toutes facilités et prérogatives qui leur sont applicables en conformité avec la législation en vigueur.

C. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS D'ORDRE GÉNÉRAL

Article 18. Nature des privilèges et immunités

En conformité avec l'article 14 de l'Accord sur les privilèges et immunités dont il est question à l'article 6, les privilèges et immunités reconnus dans la présente section aux membres du personnel du Bureau et du Secrétariat général sont accordés exclusivement dans l'intérêt du Bureau, du Secrétariat général et de l'Organisation. Par conséquent, le Secrétaire général et, par délégation, le Directeur du Bureau, doivent lever les privilèges et immunités de tout fonctionnaire lorsque, de l'avis du Secrétaire général, l'exercice de ces privilèges et immunités risque d'entraver le cours de la justice et lorsqu'ils peuvent être levés sans porter préjudice aux intérêts du Bureau et du Secrétariat général.

Article 19. Dispositions plus favorables

Le Bureau, le Secrétariat général et l'Organisation peuvent invoquer toute disposition existante plus favorable, ou qui pourrait être adoptée ou accordée à l'avenir par le Brésil en matière d'immunités et de privilèges à l'avantage d'autres organisations internationales ou missions de coopération technique et des membres du personnel desdites organisations ou missions.

V. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 20. Coopération

Le Bureau, le Secrétariat général et l'Organisation :

1. Veillent à garantir le respect par leurs fonctionnaires de la législation brésilienne et évitent tout abus des privilèges et immunités accordés aux termes du présent Accord.

2. Prennent les mesures nécessaires pour le règlement adéquat des différends qui s'élèvent en rapport avec les obligations et autres questions de droit privé auxquelles sont parties le Bureau ou ses fonctionnaires.

Article 21. Clause de sauvegarde

Aucun article du présent Accord ne peut être interprété comme faisant obstacle à l'adoption de mesures appropriées afin de sauvegarder les intérêts du Brésil.

Article 22. Règlement des différends

Tout différend s'élevant en rapport avec l'application ou l'interprétation des dispositions du présent Accord est réglé à la procédure convenue à cette fin par le Gouvernement brésilien et par le Secrétariat général conformément à la coutume internationale.

Article 23. Modifications

Le présent Accord peut être modifié du commun accord du Gouvernement brésilien et du Secrétariat général de l'Organisation des États américains.

Article 24. Validité

Le présent Accord entrera en vigueur dès son approbation par le Congrès brésilien. Chacune des Parties peut notifier à l'autre, avec un préavis d'un an, son intention de le dénoncer.

Fait à Brasília le 23 février 1988 en deux exemplaires originaux, les deux textes étant également authentiques.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Secrétariat général de l'Organisation des États américains :

JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES